

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO	 ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 23 MAR 2010 Protocolo 017/10 Processo 017/10		
		PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	 No 226/10 01/10/10 TOLIA Estado de Rondônia
AUTOR: MESA DIRETORA			

Torna sem efeito incorporações aos vencimentos básicos dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa, respristina e altera dispositivos da Lei Complementar nº 326, de 2005, e revoga dispositivo da Lei Complementar nº 531, de 2009.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

Art. 1º. Ficam sem efeito as incorporações do auxílio-saúde e do auxílio-alimentação aos vencimentos básicos dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa, promovidas pela Lei Complementar nº 531, de 10 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Com a desincorporação de que trata o *caput*, ficam repristinados os incisos II e IV do artigo 77 da Lei Complementar nº 326, de novembro de 2005.

Art. 2º. O inciso IV do artigo 77 da Lei Complementar nº 326, de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77. (...)

IV - auxílio-alimentação, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)”.

Art. 3º. Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 531, de 2009.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao disposto no artigo 1º desde a data da publicação da Lei Complementar nº 531, de 2009.

Plenário das Deliberações, 23 de março de 2010.


Deputado Neodi
Presidente




O PODER DO POVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - RONDÔNIA

www.ale.ro.gov.br

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			Nº _____
		PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	
AUTOR: MESA DIRETORA			

Deputado Miguel Sena
1º Vice-Presidente

Deputado Luiz Cláudio
2º Vice-Presidente

Deputado Jesualdo Pires
1º Secretário

Deputado Amauri dos Santos
2º Secretário

Deputado Ezequiel Neiva
3º Secretário

Deputado Luizinho Goebel
4º Secretário

JUSTIFICATIVA

A Mesa Diretora submete à apreciação e deliberação dos demais Pares desta Casa de Leis, o presente projeto de lei complementar que “Torna sem efeito incorporações aos vencimentos básicos dos servidores efetivos da Assembleia Legislativa, respistina e altera dispositivos da Lei Complementar nº 326, de 2005, e revoga dispositivo da Lei Complementar nº 531, de 2009”.

O principal objetivo desta proposição é promover a desincorporação de auxílios do vencimento básico do servidor efetivo, para cumprir com os limites de gasto com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, concedendo, em contrapartida, um reajuste no valor do auxílio-alimentação, haja vista que tal benefício não onera o referido limite da LRF.



**TERRA DE
RONDONIENSE**
SOU DAQUI E EXIJO RESPEITO